FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ALMIRA ALICE PEREIRA MARQUES
DANIEL MENDES SERVA
MARIA DO SOCORRO SERVA GARRETO SILVA
ROSIANIA COSTA LIMA

EVASÃO ESCOLAR:
uma reflexão nos anos iniciais da Escola Lírio do Campo

Chapadinha
2013

ALMIRA ALICE PEREIRA MARQUES
DANIEL MENDES SERVA
MARIA DO SOCORRO SERVA GARRETO SILVA
ROSIANIA COSTA LIMA

EVASÃO ESCOLAR:
uma reflexão nos anos iniciais da Escola Lírio do Campo

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de licenciados em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Anety Fonteles Alves

Chapadinha
2013

ALMIRA ALICE PEREIRA MARQUES
DANIEL MENDE SERVA
MARIA DO SOCORRO SERVA GARRETO SILVA
ROSIANIA COSTA LIMA

EVASÃO ESCOLAR:
uma reflexão nos Anos Iniciais da Escola Lírio do Campo

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de licenciados em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profª Anety Fonteles Alves (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

(1° Examinador)

(2º Examinador)

Às nossas famílias que nos oportunizaram esta conquista, e que em todos os momentos, durante esta caminhada, nos deram amor, apoio e compreensão para que esse trabalho fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos ter permitido mais uma graça!

Aos nossos familiares, pelo incentivo, para que pudéssemos trilhar esse caminho e alcançar este sonho.

À Faculdade do Baixo Parnaíba, por nos ter oportunizado a realização deste sonho.

À professora orientadora, Anety Fonteles Alves, por sua colaboração, comprometimento e competência durante as orientações.

A todos os professores do Curso de Pedagogia que durante esta caminhada nos possibilitaram a construção de saberes e um novo olhar sobre o fazer educativo.

À supervisora, professoras e aos alunos da escola pesquisada, que nos proporcionaram vivenciar as atividades desenvolvidas no ambiente escolar e por disponibilizarem tempo para que fosse possível coletarmos informações.

Aos funcionários da biblioteca da Faculdade do Baixo Parnaíba, pelo auxílio e empenho em disponibilizar os livros e revistas para a realização deste.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor, as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também, buscar informações sobre o aluno, sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos [...] é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

Paulo Freire

RESUMO

A evasão escolar é um tema de grande repercussão no âmbito educacional. Diante de todos os desafios encontrados nota-se que é necessário envolvimento dos pais e de todos os seguimentos da escola com a finalidade de aprimorar as práticas educativas para o melhor funcionamento educacional. Sendo que a escola deve utilizar métodos que despertem o interesse dos alunos garantindo sua permanência na escola. A pesquisa de campo foi desenvolvida na escola Lírio do Campo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tendo como intuito analisar as causas e consequências da evasão escolar, incluindo o pensamento da escola, da família e do educando a respeito deste tema, buscando refletir sobre a evasão na escola campo. Para isso faz-se, necessário estudos bibliográficos, baseado em diversos pesquisadores e autores que tratam da evasão escolar no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Escola. Evasão escolar.

ABSTRACT

The truancy is an issue of great impact in the educational context. Given all the challenges found is noted that parental involvement is necessary and all segments of the school in order to enhance the educational practices to better educational functioning. Being that the school should use methods that interest the students ensuring their stay in school. The field research was conducted at the Lily of the Field School in the early years of elementary school. Having the intention to analyze the causes and consequences of truancy, including the thought of school, family and educating about this topic, trying to reflect on the circumvention of the school field. For this reason it is necessary bibliographic studies, based on various researchers and authors who deal with truancy in Brazil.

Keywords: Education. School. Truancy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série 26
Tabela 2 - Evasão dos alunos de sala de aula segundo a visão dos professores . 35
Tabela 3 - Modos de auxilio docente para alunos evadidos 35
Tabela 4 - Participação familiar 36
Tabela 5 - Importância da participação familiar 37
Tabela 6 - Preocupação do pai sobre a evasão escolar dos filhos 40
Tabela 7 - Incentivo familiar para evitar a evasão escolar dos filhos 41
Tabela 8 - Posicionamento dos pais diante da evasão escolar dos filhos 41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL 12
2.1 Educação brasileira e a legislação educacional 16
3 EVASÃO ESCOLAR 23
3.1 Fatores que influenciam a evasão escolar 23
3.1.1 Dados da expansão da evasão escolar no Brasil 26
3.1.2 Relação professor-aluno 27
3.2 Consequências da evasão escolar na aprendizagem dos alunos 28
3.3 O papel da comunidade frente a problemática da evasão escolar 29
3.3.1 Família x escola 30
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO 33
4.1 Contextualização da pesquisa e seus participantes 33
4.2 Metodologia 33
4.3 Apresentação dos dados coletados 34
5 CONCLUSÃO 43
REFERÊNCIAS 44
APÊNDICES 48
APÊNDICE A Questionários aos professores 49
APÊNDICE B Questionário ao gestor e coordenador 50
APÊNDICE C Questionário aos pais 51

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que ainda ocupa, até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular.

Diante disso, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel da família e da escola em relação à vida escolar das crianças e adolescentes. A legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar o jovem em seu percurso socioeducacional.

A educação é direito de todos os cidadãos, mas existem situações que fazem com que a maioria dos alunos não conclua os níveis básicos de escolaridade, fazendo com que os índices de evasão tornem-se altíssimos. Este é um problema preocupante, pois traz inúmeros prejuízos à sociedade. Em moldes gerais, a educação brasileira precisa de reajustes que proporcione mudanças no quadro educacional atual.

Assim, buscou-se pesquisar o tema em questão, tendo como objetivo analisar as causas da evasão escolar na Escola Lírio do Campo nos anos iniciais do Ensino Fundamental identificando os principais fatores que contribuem para o aumento do índice da evasão na escola, e para atingir os objetivos propostos foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo onde foram aplicados questionários aos professores e gestor da escola.

A escolha do tema desse trabalho monográfico surgiu a partir de observações feitas na escola campo em trabalhos anteriores em disciplinas do Curso de Pedagogia. O alto índice de evasão na escola chamou atenção, merecendo ser objeto desse estudo.

O trabalho aponta algumas das causas e consequências da evasão escolar. O primeiro capítulo trata da Educação no Brasil. Neste capítulo fora apresentando, sinteticamente, a história da educação brasileira desde a conquista do direito à educação até as Leis que hoje estão em vigor em benefícios da educação.

No segundo capítulo abordou-se a Evasão Escolar com uma visão geral do problema. São apresentados os principais fatores que contribuem para o

aumento da evasão escolar, assim achou-se importante apresentar dados sobre a expansão da evasão escolar no Brasil. Também foi destacada a importância da relação professor-aluno, as consequências da evasão na aprendizagem dos alunos, consequentemente, ressalta-se o papel da comunidade escolar e da família no combate ao abandono escolar. Ainda neste capítulo abordou-se a evasão escolar como uma das problemáticas mais preocupantes no cenário da educação atualmente.

Nas análises e observações realizadas discutiu-se acerca dos motivos que levam os alunos a evadirem da escola, as consequências que esta evasão traz à sociedade e o papel da família, do Estado e da comunidade se destacam nesse item frente a essa realidade.

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os processos educacionais no Brasil, desde o seu descobrimento, passou por grandes transformações. Esses processos educacionais vão desde a ação dos Jesuítas à educação oferecida nas fazendas pelos coronéis a seus filhos e protegidos, chegando à universalização do ensino financiado pelo poder público e ao alcance de todos.

A primeira escola elementar brasileira foi criada em 1549, com a chegada dos jesuítas no Brasil, juntamente com o governador geral Tomé de Sousa e o padre Manuel de Nóbrega. A escola foi criada em Salvador sendo o irmão Vicente Rodrigues o primeiro mestre, ressaltando que este era um professor nos moldes Europeus, dedicava-se na busca de um ensino e na propagação da fé e do catolicismo no Brasil. Como ressalta Ferreira (2005, p. 09, grifo do autor).

> [...] os padres Jesuítas tupis utilizaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (preferencialmente português e tupi); [...] catecismo com os principais dogmas cristãos; desmoralização dos mitos indígenas; e atividades lúdicas (músicas e teatro).

As transformações ocorridas na educação brasileira são irrefutáveis, tendo em vista os mínimos elementos que eram considerados relevantes à educação no Brasil Colônia. Dentre os diversos acontecimentos que envolvem a educação do país, desde a expulsão dos jesuítas em 1759, tem-se a chegada da família real no Brasil em 1808, momento em que a educação e a cultura foram impulsionadas. Um dos maiores avanços relacionados à educação e que fora registrado na época foi a chegada dos cursos superiores.

Em 1822 tem-se a Independência do Brasil que é um dos fatos históricos mais importantes do país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política (GOMES, 2010). Logo após a este acontecimento, a Constituinte de 1823 apresentou associações entre o apoio universal e a educação popular, neste mesmo momento discutiam-se possíveis implantações de universidades no Brasil. Foram inúmeros projetos educacionais no Brasil e ao mesmo tempo estes foram esquecidos pelas políticas públicas.

No ano de 1824, após inúmeras turbulências, foi elaborada a Constituição do Império do Brasil que foi a primeira Constituição Brasileira.

No que diz respeito à educação, a Constituição de 1824 consolidava como compromisso do Império garantir educação primária e gratuita a todos os

cidadãos. Dois anos mais tarde ocorreria a divisão da educação em quatro graus de instrução: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias. Até a Proclamação da República, no ano de 1889, nada se fez com concretude pela educação brasileira.

Já na década de 90 a educação brasileira passa por um ajustamento de projeto político educacional. É tempo de avanço da economia e de transformações educacionais a partir de leis, decretos, portarias, e outros documentos nacionais e internacionais. Casassus (2001), ao analisar as reformas educacionais ocorridas nas décadas de 90, destaca:

> Os Congressos Pedagógicos [...] são a forma de debate social na educação. [...] Eles se abriram a diferentes forças políticas, sociais e sindicais; os Acordos Nacionais [...] constituíram a assinatura de protocolos nacionais mobilizando entidades docentes e intelectuais; os Planos Decenais que apareceram sob diferentes modalidades estratégicas. O Brasil passou de uma primeira etapa, ao estabelecer um Compromisso Nacional de Educação para Todos entre representantes das três esferas da federação (1993), para elaboração e discussão horizontal – Estado/Sociedade Civil – e vertical, até mesmo nas escolas, de um Plano Decenal de Educação para Todos (1994). [...] Fóruns Públicos dos quais participam diferentes setores sociais. Eles podiam ser setoriais, como, por exemplo, o Fórum Permanente do Magistério no Brasil (1994), ou gerais como o Fórum Educativo, que é uma associação civil multidisplinar que opera desde 1992 no Peru; as Leis de Educação expressam outro âmbito de acordos, desta vez no quadro legislativo. Assim foram criadas Leis da Educação na Argentina (1993), Bolívia (1994), Colômbia (1993 e 1994), Chile (1994 /1997), México (1993) e Brasil (1996); as Comissões de tipo acadêmico, como o comitê de Sábios na Colômbia (1994), ou do tipo intersetorial, como a Comissão Presidencial para a Modernização da Educação no Chile (1995). Mediante essas medidas de gestão, as autoridades de Estado convocaram diferentes setores sociais para que participassem na discussão e compromissos com a educação pública. (CASASSUS, 2001, p. 18-19, grifo do autor).

A educação brasileira foi reformulada em vários aspectos nas décadas de 90, dentre estes aspectos pode-se destacar as propostas curriculares e de avaliação que foram baseados em competências cognitivas (BONAMINO, 2000); formação de professores onde abordaram-se novas qualificações e competências (ARELARO, 2005). Nesse enfoque, a formação de professores refletiu postura de responsabilidade aos docentes diante de tantas reformas, tudo isso buscando respostas positivas diante de tais desafios educacionais.

A partir dos anos 90, percebe-se mudanças marcadas pela relação entre educação e equidade social. Como destaca Torres (2001).

> “Educação para Todos” equivale a “Educação Básica para Todos” entendendo-se por educação básica uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (NEBA) de crianças, jovens e adultos. As NEBAs, por sua vez, eram definidas como aqueles conhecimentos teóricos e práticos, destrezas, valores e atitudes que, em

> cada caso e em cada circunstâncias e momento concreto, tornam-se indispensáveis para que as pessoas possam encarar suas necessidades básicas em sete frentes: 1) a sobrevivência; 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) a conquista de uma vida e de um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões conscientes e 7) a possibilidade de continuar aprendendo. (TORRES, 2001, p. 20, grifo do autor).

É perceptível uma vasta ramificação quanto às funções a serem desenvolvidas pela educação, metas foram traçadas nos mais variados aspectos, desde a expansão e universalização da educação até o aumento da aquisição de conhecimentos nos mais diversos campos de valores e capacidades, buscando uma melhoria nas condições de vida a partir do desenvolvimento racional e sustentável por intermédio dos diversos canais de educação.

Logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os intelectuais voltaram-se para o desenvolvimento do país e da educação. Foi uma época marcada pelo desenvolvimento industrial na sociedade brasileira, isso foi mola precursora para a valorização da escolarização. Nesse momento surgem as ligas contra o analfabetismo, dentre estas pode-se destacar: Liga de Defesa Nacional (1916), Liga Nacionalista do Brasil (1917). Estas ligas buscavam, na verdade, aumentar o contingente eleitoral, isto porque na época o voto de analfabetos era proibido.

Nos anos 20 surge um novo movimento, o otimismo pedagógico. “O Otimismo Pedagógico teve como veículo divulgador a sociedade política, principalmente através de um ciclo de reformas educacionais estatais levadas adiante pelos jovens intelectuais” (GHIRALDELLI JR., 2003).

Mais tarde tem-se a Revolução de 1930. Essa revolução foi o ponto de partida para que o Brasil entrasse em um modelo capitalista de produção. Essa nova realidade exigia mão-de-obra qualificada, para isso era preciso fazer investimentos na educação. Nesse mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931 foram sancionados decretos que organizavam o ensino secundário e universidades brasileiras que ainda não existiam.

Esses acontecimentos ocasionaram a formação de grupos que buscavam a construção de um novo país. Tinham os Liberais, que sustentavam nas teses gerais da Pedagogia Nova, intelectuais que nos anos 30 publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932); os Católicos que defendiam a Pedagogia Tradicional; o Governo, que executou seu próprio plano educacional; a Aliança

Nacional Libertadora (ANL), que lutava contra o imperialismo e Nazi-Fascismo. Todo esse clima rico em debates ideológicos durou apenas até 1937, nesse período foi instituído o Estado Novo por Getúlio Vargas, período marcado pela ditadura e repressão aos cidadãos e o Estado de Sítio. “No contexto político o estabelecimento do Estado Novo faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente rica no período anterior, entra “*numa espécie de hibernação*” (ROMANELLI, 1993, p. 153).

Em 1942, foram reformados alguns ramos do ensino por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. Tais Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino. No fim do Estado Novo consolidou-se a adoção de uma nova Constituição liberalista e democrática. Esta nova Constituição, na área da Educação, determinava a obrigatoriedade do ensino primário e também dava competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Essa nova Constituição fez voltar o princípio de que a educação é direito de todos, movida pelos princípios proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Após o quadro de inconstância política da época, foi elaborado o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que tinha por objetivo reformular a estrutura educacional deixada pelo Estado Novo. Após acontecerem vários debates e confrontos políticos, em 1961, o projeto foi aprovado e sancionado pelo Presidente João Goulart. A LDBEN, conhecida como Lei nº 4.024/61, garantia, enfim, a igualdade das redes públicas e particulares por parte do Poder Público.

A Ditadura Miliar (1964-1985) modificou a forma de ensino no Brasil. Sobrevieram privatizações do ensino, o tecnicismo pedagógico e a restrição da educação de qualidade. Repreendeu-se qualquer tipo de ensino voltado à criticidade e a formação de opinião. Nesse período foram promulgadas as reformas do ensino universitário e do ensino médio. Tais reformas visavam atingir as metas do pacto político do regime militar. Com todas essas restrições, o governo militar tentava garantir a paz social através de prisões, torturas e matanças, assim, juntamente com a elite tecnoburocrata, explorava o capital nacional.

No século XX tem-se uma evolução científica e tecnológica, e na educação continua-se o desafio de universalização do ensino.

Todas as lutas no âmbito educacional aconteceram para que todos tivessem direito a uma educação de qualidade. De acordo com Campos (2008, p. 15) “Todo esforço de investimento da política educacional, nos últimos anos, tem

apresentado um limite ainda intransponível: a elevação do nível cultural de escolaridade da maioria daqueles que se encontram na escola pública”, significando que mesmo com a universalização do ensino, os indicadores ainda revelam uma decadência muito grande na escola pública.

Entende-se que a educação de qualidade da qual tanto se fala, é aquela que oferece ao indivíduo meios para que ele possa "aprender a fazer", "aprender a pensar" e assim tenha uma boa qualidade de vida.

> O aprender faz parte do aprender a aprender. Mas o processo educativo se manifesta caracteristicamente na habilidade de refazer crítica e criativamente o conhecimento disponível, superando a condição de cópia meramente aprendida. Aprender é coisa de discípulo, que tem em vista imitar o mestre. Aprender é coisa de mestre, que busca ser autônomo e formular proposta própria. (DEMO, 1994, p. 30).

Desse modo, a educação deve nortear o homem para enfrentar os desafios e exercer o seu papel na sociedade.

Mesmo após as transformações ocorridas nas últimas décadas, o Brasil ainda não está em um patamar educacional necessário à formação cidadã. Isto porque ainda existem lacunas a serem preenchidas no que diz respeito à igualdade de oportunidades e ao preparo para o mercado de trabalho diante de uma sociedade altamente competitiva e tecnológica.

Essa melhoria requer investimentos. A educação deve ter prioridade dentro das políticas públicas. O Brasil ainda investe menos nos alunos comparado a outros países. Há certa negligência na educação dos primeiros anos, sendo que ela é a responsável por amoldar as competências e habilidades necessárias aos anos seguintes. Isso acarreta uma deficiência educacional, consequentemente um retrocesso no desenvolvimento do país.

2.1 Educação brasileira e a legislação educacional

Na sociedade vigente é indiscutível o papel da educação no desenvolvimento do indivíduo, sendo ela elemento importante para a sua formação plena no decorrer da sua vida. E por ocupar um espaço tão grande na vida do indivíduo é que a educação é um direito social garantido por lei. A Constituição Federal no seu artigo 205 diz que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

> desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p. 120).

A Constituição Federal também regulamenta os princípios pelos quais a educação deve ser ministrada:

> I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
> VI – Gestão democrática do ensino público na forma da lei;
> VII – Garantia de padrão de qualidade;
> VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (BRASIL, 1998, p. 121).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEM N° 9.394/96 estabelece todas as diretrizes e bases da educação nacional dizendo em seu Art. 1º que:

> A educação abrange todos os processos de formação que se desenvolvem na família, na convivência com outras pessoas, nos ambientes de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2009 [n.p])

Assim, a educação vai além dos limites escolares, iniciando-se no seio familiar. Tem-se a aprendizagem como um processo contínuo que se desenvolve na convivência em sociedade, desde os movimentos sociais às manifestações culturais das quais os alunos participam, exercendo sua função como cidadãos.

✓ PNE

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído através da Lei 10.172 de 02 de janeiro de 2001, levou os Estados, Distrito Federal e os Municípios a criarem em suas instâncias Planos Decenais de Educação com o objetivo de levar toda a sociedade a articular, planejar e avaliar a implementação de políticas públicas para a educação (BRASIL, 2009).

Com objetivos, prioridade, diagnósticos e metas a serem alcançadas, o PNE busca despertar tanto instâncias governamentais, como também chama a atenção da sociedade no sentido de fiscalizar, observar e cobrar a realização dos seus objetivos e metas a serem alcançados e assim contribuir para o melhor desenvolvimento da educação nacional.

Dentre os objetivos a serem atingidos pelo PNE pode-se citar:

> - A elevação global do nível de escolaridade da população;
> - A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
> - A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
> - A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2009, p. 99).

Este plano ainda define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação. As diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, valorização do magistério e dos demais profissionais da educação, sendo com isso necessário a adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas a cada circunstância.

Com metas e objetivos não alcançados em sua totalidade, o PNE 2001/2011 chega ao seu final com muito ainda por ser feito pela educação. Com o término desse PNE o novo plano deveria entrar em vigor para o período de 2011/2020, entretanto, o mesmo ainda não foi aprovado, assim, aguarda-se que esta ação seja executada, o quanto antes, pelo Congresso Nacional.

O novo PNE apresenta dez diretrizes mais objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O novo texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão da sistematização da educação estabelecida em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação. Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida (MEC, 2010).

É importante ressaltar que há mais de dois anos no Congresso o projeto de lei que valida o PNE 2011-2020 (Plano Nacional da Educação) segue sem aprovação. Esta, por sua vez, exige, de fato, um aumento dos investimentos destinados à educação pública, algo não muito agradável ao governo.

✓ ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. O ECA, como ficou conhecido esse Estatuto, é o resultado de manifestações sociais, profissionais preocupadas com as condições e direitos das

crianças e adolescentes no Brasil. Seu principal objetivo é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a estes um desenvolvimento físico, mental, moral e social que condizem com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando-lhes para a vida em sociedade. No que se refere à educação o Art. 53 do ECA destaca que:

> A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - direito de ser respeitado por seus educadores;
> III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
> IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
> V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
> Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2010, p. 40).

Este artigo, dentre outros, trata do direito à educação. Citando também as demais entidades estudantis como sendo responsáveis pelo bom desenvolvimento cognitivo desses alunos. E no parágrafo único ressalta a importância da família na educação das crianças e adolescentes, assegurando-lhes o direito de participação nas propostas educacionais.

O ECA estabelece direitos à saúde, ao lazer, à educação, à convivência assim a todos os aspectos que compõem a vida das crianças e adolescentes do Brasil. Todos esses direitos estão diretamente relacionados à Constituição Federal de 1988.

✓ Diretrizes Curriculares Nacionais

As DCNs são normas indispensáveis para Educação Básica. Orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As Diretrizes Curriculares Nacionais têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Esta lei aponta que é incumbência da União, juntamente com Estados, Distrito Federal e os Municípios, estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Essas diretrizes são relevantes para o bom funcionamento educacional. Como destaca o Profº Msc. Elício Gomes, em um curso de formação de professores:

> A ideia das DCNs considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhes convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. (LIMA, 2010 [n. p]).

Em síntese, as DCNs são leis que estabelecem metas e objetivos a serem buscados em cada curso considerando elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão. Por isso foram estabelecidas DCNs para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Formação de Professores visando promover no estudante o desenvolvimento intelectual e profissional independente e constante.

✓ Parâmetros Curriculares Nacionais

Diferentemente das Diretrizes Curriculares Nacionais, os PCNs não são leis, são apenas referenciais curriculares. O objetivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais é garantir que todas as crianças e jovens usufruam dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, possibilitando discussões, pesquisas e recomendações que subsidiem a participação de técnicos e professores brasileiros.

> Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s) são a referência básica para a elaboração das matrizes de referência. Os PCN´s foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Eles traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender. (BRASIL, 1996 [n.p]).

Os PCNs são divididos em áreas do Ensino Fundamental e Médio, abrangem a organização de conteúdos também as práticas a serem abordadas em cada matéria. Por não serem de caráter obrigatório, presume-se que os parâmetros serão adaptados às peculiaridades locais de cada instituição educacional, ou seja, sua aplicação está a critério das instituições dentro dos seus próprios limites administrativos e funcionais.

✓ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Surgiu em

substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Entrou em vigor em janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

O FUNDEB é responsável pelo financiamento de todas as etapas da educação básica, incluindo os recursos necessários aos programas de jovens e adultos.

Atualmente a educação básica no Brasil é precária devido à má distribuição e utilização desse fundo nas escolas. “O governo federal tem um ‘trabalho educativo’ importante a ser realizado com estados e municípios para melhorar a compreensão do que é o fundo”. (BRASIL, CNE, 2013 [n.p.] grifo do autor). Muitas vezes, a administração desses recursos, que deveria ser responsabilidade da secretaria de educação, fica a cargo do prefeito ou até mesmo de outras áreas administrativas, assim, acontece o desvio dos recursos do FUNDEB, deixando a educação em último plano.

Em moldes gerais, o processo educativo envolve uma complexidade de fatores que devem estar ligados entre si, desde a organização interna da escola à função educativa. Assim, percebe-se que a escola, durante todo percurso evolutivo, ganhou uma responsabilidade muito grande e assume a obrigação de formar o cidadão oferecendo-lhe não só conhecimentos de conteúdos cognitivos, mas um leque de valores que lhe nortearão por toda vida.

> A educação escolar tem papel preponderante na conquista da cidadania, mas para tanto, precisa ser democrática nas tomadas de decisões, precisa emergir em seu interior uma ruptura com o poder totalitário, e propiciar uma “educação [na] para e pela cidadania”. (GADOTTI, 2001, p. 96, grifo do autor).

É importante lembrar que apesar da escola assumir esse papel de relevante importância ao que compete à preparação do indivíduo para a vida, esta, entretanto, não deve carregar unicamente para si essa responsabilidade, pois a família também deve assumir seu compromisso de educar e não se pode negar esta incumbência considerada de grande relevância, como afirma Oliveira (1993, p. 92) "uma das funções principais da família é a função educacional e que esta é a responsável pela transmissão à criança dos valores e padrões culturais da sociedade." E quando isso não ocorre, a escola acaba ficando sobrecarregada, dificultando, nesse contexto, a qualidade do ensino.

Todos os processos de garantia de direitos devem ser levados em consideração para a garantia de uma educação pública de qualidade e que seja capaz de oferecer igualdades de condições para todos respeitando em sua totalidade os princípios de liberdade, tanto de ensinar, como de aprender, com dignidade.

Contudo, todas as garantias contidas na Constituição Federal e nas legislações citadas até o momento não são suficientes para garantir o total sucesso dos educando na escola. Esse sucesso carece de mais investimentos e efetivação da legislação isso para garantir que todos os alunos tenham iguais condições de acesso, permanência e sucesso na vida escolar.

3 EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola caracterizando, assim, o abandono da mesma no decorrer no ano letivo.

Esse abandono gera vários problemas educacionais, um deles é a distorção idade série. Problemas que afetam a sociedade em geral causando sérios problemas sociais. “[...] evasão escolar no Brasil, merece assim, uma certa atenção, pois não se trata de um problema restrito a algumas instituições de ensino, mas sim, um problema de ordem nacional [...]”. (SILVA, 2007 [n.p.]).

A educação escolar é composta de vários desafios e em muitos casos a escola assume todas as responsabilidades sociais para com a educação das crianças, jovens e adultos. Quando a escola não cumpre seu papel educativo, fatores sociais de discriminação acometem todos aqueles que não foram bem sucedidos na escola.

Sabe-se que a evasão escolar não é um problema recente, muitas vezes as políticas públicas, a educação familiar, dentre outros fatores, podem influenciar no aumento da taxa de evasão. O que se deve considerar é que esse problema não se resolverá sozinho, será preciso reformulações e ações que proponham melhorias na educação brasileira.

> O fracasso escolar e a consequente evasão denotam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que vivenciamos em nosso cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia nossa inteligência. (FERREIRA, 2005 [n.p.]).

Isto remete ao fato de que vários profissionais da educação têm suas formações baseados em teorias que são inexistentes na prática escolar, ficando, assim, lacunas a serem preenchidas quando o desafio é combater a evasão escolar.

3.1 Fatores que influenciam a evasão escolar

Sabe-se que a família é a base da sociedade, e com o passar dos tempos a estrutura familiar sofreu inúmeras modificações, tanto na organização quanto nos valores educacionais. O primeiro ambiente de aprendizagem da criança é o seio familiar, as primeiras palavras, associações de ideias e formação de personalidade.

Ao chegar ao ambiente escolar a criança depara-se com caras novas e vários tipos de pessoas que poderão ou não satisfazer suas vontades. Assim, dentre suas inúmeras funções, a escola assume o desafio de preparar um ambiente atrativo que cative os alunos, alcançando os diferentes comportamentos e personalidades.

Como afirma Nunes (2011, p. 4), “[...] a família não deixa de ser uma peça fundamental na educação, mas que os motivos do abandono escolar envolvem questões mais profundas”. E a escola, como sendo uma instituição social, segue os padrões exigidos pela sociedade, desde a função às delimitações. O governo dá o alcançando devido suporte financeiro que a escola precisa, exigindo, assim, resultados condizentes às metas estabelecidas para cada modalidade de ensino.

A evasão escolar no Brasil tem sido motivo de preocupação de vários órgãos governamentais e também é alvo de discussões sobre educação pública em todo país por esferas da sociedade civil organizada.

Os motivos que levam as crianças a evadirem das escolas tem tido uma grande influência no processo de formação do cidadão, pois a falta de moradia, gravidez na adolescência, vícios, a fome, estrutura familiar são elementos que afetam diretamente a sociedade e que são vistos como possíveis razões para o abandono da escola por parte do aluno.

Os fatores que influenciam esse fenômeno são os mais variáveis possíveis. Entre muitos, destaca-se o fato de muitos meninos e meninas terem que trabalhar, abandonando, assim, a escola para ajudar no sustento da família, sendo que este não é o fator determinante, mas é o principal deles. Para Neri (2009, p. 34) “grande parte da evidência empírica mostra que evasão escolar e pobreza estão intimamente ligadas e que o trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais”.

As reflexões na sociedade são inevitáveis, pois muitos dos que frequentam a escola, poucos são os que conseguem concluir no mínimo o ensino fundamental. Os alunos às vezes não se sentem atraídos para ir à escola porque encontram profissionais na sala de aula descompromissados, bem como a falta de incentivo por parte da família que dificulta a permanência deste aluno na escola.

De acordo com Soares (1997, p. 10) os fatores que levam os alunos abandonarem a escola podem estar ligados a diferentes problemas, como por exemplo, motivação, fatores sociais e culturais, fatores individuais, sócio-econômico, ou ao próprio sistema educacional, que é o caso do descompromisso de muitos

profissionais com a educação, assim deve haver uma relação mútua entre o comprometimento da família e da escola com a educação.

Destacam-se, ainda, fatores: *Psicológicos:* referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos. (BRASIL, 2006); *Socioculturais:* relativos ao contexto social do aluno e as características da sua família. (OLIVEIRA, 2001); *Institucionais:* baseadas na escola, tal como métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação. (AQUINO, 1997). Assim, deve existir no campo educacional uma recíproca relação entres todos esses fatores, para a melhoria e a superação do problema da evasão escolar.

Os problemas referentes à evasão escolar demonstram a necessidade de mudanças rápidas na prática pedagógica relacionada ao funcionamento das instituições de ensino, a rotatividade de professores, a prática dos docentes e desvalorização de disciplinas que não consideram relevantes. Vasconcellos (1995), diz que a falta de adaptação do aluno somado ao método de ensino das escolas são os responsáveis pela evasão escolar.

É necessário investir na capacitação de professores e educadores, pois estes têm o desafio de serem criativos, conquistando os alunos, mostrando a importância dos estudos, e que a permanência deles na escola é relevante para o seu futuro.

A obra História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889) de José Ricardo Pires de Almeida, escrita em 1889, trazia relatos da existência de analfabetismo no Brasil Colônia, apontando como principal causa desse fenômeno, problemas também comuns nos dias atuais: os baixos salários dos professores, o desestímulo das pessoas ao cargo de professores.

As causas relativas aos aspectos socioeconômicos podem estar relacionadas à pobreza, pois muitas vezes as crianças e adolescentes precisam complementar a renda familiar e deixam a escola, pelo fator cultural, devido ao fato de os pais não serem alfabetizados. Nesse contexto, percebe-se que existe uma falta de estímulo dentro de casa com relação às formação intelectual deste ser que se encontra em processo de formação, doenças, pois famílias pobres não possuem acesso a saneamento básico e outras infraestruturas, levando-as a ter saúde precária e, consequentemente, abandonarem a escola.

> A evasão escolar tem sido uma problemática de constante discussão entre os profissionais que trabalham com educação, isso porque o custo de se

> manter um aluno na escola e este não terminar os estudos é muito alto. A evasão representa a interrupção da participação das crianças do sistema formal de ensino, esta interrupção muitas vezes pode estar associada a diversos fatores. O tema evasão escolar é tratado de forma delicada, que o responsável por uma criança evadida pode responder por “processo de abandono intelectual”. (CALDAS, 2000, [n. p]).

Desta forma, percebe-se que a evasão escola tem alcançado notável repercussão no âmbito educacional merecendo, assim, uma maior atenção por ser uma problemática que afeta o nível educacional do país.

3.1.1 Dados da expansão da evasão escolar no Brasil

Os dados da evasão escolar no Brasil estão sendo acompanhados passo a passo pelo Programa Todos Pela Educação. Como se pode perceber, a tabela abaixo mostra uma ligeira queda nos dados de 2005 e 2010 relacionado à evasão escolar. Os dados a seguir são baseados, segundo o censo do IBGE (2010), numa população de 45.354.276 pessoas em idade escolar.

Tabela 1 - Taxas de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade-série

	Ensino Fundamental - anos iniciais	**Ens. Fundamental - anos finais**	**Ensino Médio**
Taxa de distorção idade-série (2010)	18,5 %	29,6 %	34,5 %
Taxa de evasão (2005)	7,4 %	14,1 %	3,4 %
Taxa de promoção (2005)	78,3 %	68,5 %	81,8 %
Taxa de repetência (2005)	14,3 %	17,4 %	14,8 %
Taxa de evasão (2010)	1,8 %	4,7 %	10,3 %
Taxa de reprovação (2010)	8,3 %	12,6 %	12,5 %

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

A tabela acima mostra que houve uma queda na taxa de evasão escolar nos últimos anos. Sendo que no ensino fundamental essa redução foi maior do que no ensino médio, consequentemente, a taxa de reprovação também continuou em alta no ensino médio. Também pode se verificar a alta taxa de distorção de idade-série, principalmente no ensino médio.

As principais causas desse alto índice são a evasão e o abandono escolar, mesmo que existam causas primárias, muitas vezes estas estão intimamente ligadas à situação socioeconômica do aluno, não sendo este um fator determinante.

3.1.2 Relação professor-aluno

A importância da relação professor-aluno é discutida por estudiosos, estes apontam benefícios decorrentes de uma relação bem sucedida. A relação professor-aluno precisa ser algo prazeroso e não assustador, o professor precisa ser capacitado e conhecedor dos conteúdos relacionados ao seu trabalho, sem deixar de valorizar e favorecer a aprendizagem de seus alunos. O aluno deve ser instigado a desenvolver sua criatividade, ter oportunidade de expressar suas opiniões e, assim, se sentir respeitado em suas diferenças, não importando quais sejam, se social ou cultural.

> Daí a importância que o professor conheça seu aluno em todos os aspectos e procure ajudá-lo tanto no processo da construção da cidadania quanto nas relações cultural e social. Em outras palavras, o modo de agir do professor em sala de aula estabelece um tipo de relação com os alunos que colabora (ou não) para o envolvimento buscado pela escola. Nesta relação professor e alunos desempenham papéis diferenciados e, ainda em nossos dias, cabe ao primeiro, conforme vimos, tomar maior parte das iniciativas. (MASETTO, 1994, p. 56).

O professor às vezes faz uso de uma maneira de se expressar em sala de aula que acaba transparecendo que este é o detentor do conhecimento, deixando, portanto, seus alunos inibidos.

A aprendizagem do aluno depende de seu próprio interesse, mas o professor precisa auxiliar nesse processo. O diálogo saudável é uma ferramenta importante para que haja uma boa relação entre professor e aluno.

> O educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida. (GADOTTI, 1999, p. 2).

Para que haja uma boa relação entre professor e aluno, o respeito e o carinho são necessários, mas não suficientes. O professor precisa mostrar sua forma de trabalhar logo no início das aulas, não causando pavor nos alunos, mas procurando descobrir habilidades que cada aluno possui. O professor deve aplicar trabalhos que sejam interessantes e que desafiem o aluno na sua capacidade, que não gerem angústias ou desânimo, mas que o faça sentir capaz de resolvê-los.

A criatividade do educador em sala de aula, com aulas diferentes que motivam a assiduidade dos alunos na escola, podem ser estratégias que o docente poderá fazer uso para chamar a atenção de alunado. Para Mizukami (1986, p. 53), “as qualidades do professor (facilita) podem ser centradas em autenticidade, compreensão empática, compreensão da conduta e do outro a partir do referencial desse outro e o apreço, aceitação e confiança em relação ao aluno”.

Essa relação saudável será necessária, uma vez que o professor sentirá prazer em realizar o seu trabalho. Quando inexiste uma boa convivência escolar, o professor não tem compromisso com sua função, nem preocupação com a educação dos seus próprios alunos, assim será bem difícil ele dar o melhor de si para evitar problemas como a evasão, pois a tarefa é conquistar seus próprios alunos para que os mesmos terminem seus estudos com dedicação.

3.2 Consequências da evasão escolar na aprendizagem dos alunos

A realidade que se obtém é que quando um aluno se afasta da escola deixa de lado oportunidades determinantes ao seu futuro, ou seja, qualquer indivíduo que se afasta da escola sofrerá consequências. Consequências estas que, às vezes, produzem danos irreparáveis.

Essas deficiências educacionais resultam no despreparo para o mercado de trabalho, falta de criticidade ao tratar de questões sociais, falta de conhecimento para o exercício da cidadania.

Apesar das péssimas condições de acesso e permanência oferecidas aos alunos no campo da educação, eles podem construir muitas formas de melhorar sua realidade. Tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento do país, sendo capazes de lutar contra os problemas que antes tentaram impedi-los de continuar na escola. “O fato mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, uma vez que quanto mais elevado o nível de escolaridade da

mãe, mais tempo a criança permanece na escola. (BRANDÃO, 1983 [n. p]).” A família foi destacada como um dos fatores que influenciam no fracasso escolar, isto quando não acompanham a vida escolar dos filhos. Outro fator apontado pelos teóricos é condição socioeconômica desfavorável, fazendo com que os filhos trabalhem para ajudar no sustento da família, deixando os estudos pelo trabalho.

> [...] a evasão escolar [...] se dá em virtude de estes serem obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos [...]. (MEKSENAS, 1992, [n.p], grifo do autor).

Para Charlot (2000), não existe fracasso escolar, ou seja, não existe o objetivo fracasso escolar, mas sim, alunos em situação de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem, enfim, histórias escolares mal sucedidas.

3.3 O papel da comunidade frente a problemática da evasão escolar

Sendo a evasão um dos temas mais discutidos no cenário educacional, é necessário que sejam tomadas medidas para promover mudanças que possam solucionar ou pelos menos amenizar esse problema. Partindo do pressuposto de que a educação é fruto da convivência social, Vygotsky (1998, p. 104) afirma que:

> Todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. O desenvolvimento da inteligência é produto da convivência social impregnada de cultura. Na ausência do outro, o homem não se constrói homem. A linguagem interna caracteriza a individualidade. É o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos. A linguagem tem relação direta com o desenvolvimento psicológico.

Logo, a educação se constrói em sociedade e se a criança deixa de frequentar o ambiente escolar, ela perde um convívio social de extrema importância para a construção do seu conhecimento.

Já se sabe que evasão causa um dano considerável para a sociedade, e combatê-la deve ser um compromisso de todos os segmentos da sociedade, inclusive da comunidade escolar. Porque não basta que sejam oferecidas vagas na escola, é necessário que sejam criadas condições para que eles tenham um ensino de qualidade. Pois a falta de habilidade de ler e escrever, entre outras, podem ser causa do abandono do ambiente escolar.

O primeiro passo para o combate da evasão escolar deve ser a conscientização da comunidade escolar de que todo indivíduo é responsável pela educação e que apenas havendo uma interação entre toda comunidade escolar é que haverá realmente sucesso na escola. Freire (1987, p. 15) afirma que:

> [...] ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados-seriam nômades incomunicáveis. As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois, a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. Seu lugar de encontro necessário é o mundo, que se não for originariamente comum não permitirá comunicação. Cada um terá seu próprio caminho de entrada nesse mundo comum, mas não há convergência das intenções, que o significam, é a condição de possibilidade das divergências dos que, nele, se comunicam. A não ser assim, os caminhos seriam paralelos e intransponíveis. [...].

Diante disso, percebe-se a importância da conscientização para que todos conheçam o seu papel na construção de uma sociedade mais justa, onde a educação é base de todo saber. Através dessa conscientização será possível a união de ideias, havendo assim uma sincronia no processo de ensino.

Pereira (2003) diz que a evasão infringe o direito a formação do cidadão e que somente com a união da comunidade escolar e o Poder Público que esse direito pode ser assegurado. O direito à educação somente será assegurado se a evasão for "enfrentada de forma articulada, com vista a sua gradual redução". (PEREIRA, 2003, p. 46).

A comunidade escolar pode estar tomando medidas para que o jovem se sinta atraído pelo ambiente escolar. Estar revendo o Projeto Político Pedagógico, participar ativamente das reuniões ocorridas nas escolas, dar sugestões, tudo isso faz parte do papel da comunidade escolar, pois "comunidade" é um grupo de pessoas que trabalham coletivamente para que sejam atendidas as necessidades dos alunos e da sociedade.

3.3.1 Família x escola

Família e escola precisam trabalhar juntas com um só objetivo, que é de formar cidadãos críticos e que diante das situações adversas que surgirem possam enfrenta-las e resolve-las, mesmo em uma sociedade tão complexa. Tanto a família quanto a escola devem estar propiciando o desenvolvimento dos alunos e para que isso aconteça é necessário que elas trabalhem em conjunto.

> [...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que as diferenciam da escola, e suas necessidades que as aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99).

E na busca de soluções para o combate à evasão escolar é incontestável o papel da família e da escola, pois são as principais responsáveis pelo processo de formação do indivíduo. Mas é importante destacar a importância de ambas, pois: “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. (REIS, 2007, p. 6).

É necessário a união da família e da escola no processo educativo e que cada um assuma a sua responsabilidade e que andem em sincronia. O resultado dessa parceria irá contribuir significativamente para a melhoria do ensino. Para Parolin (2007, p. 36) “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construírem será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições”. Nota-se, então, que esse relacionamento gera benefícios, tanto para a família como para a escola.

O que se percebe no cenário da sociedade atual é uma quebra das responsabilidades da família no que se refere à Educação, deixando a escola com total responsabilidade no processo educativo, e isso acaba contribuindo com uma série de problemas destacando-se, entre eles, a evasão escolar.

> Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou. (TEDESCO, 2002, p. 36).

Com base no exposto, percebe-se a necessidade do acompanhamento da família e que apoio familiar não se limita apenas na ajuda às tarefas escolares, pelo contrário, apoio familiar é contribuir para o bom desenvolvimento da personalidade do indivíduo e mostrar a ele elementos essenciais para o seu sucesso no decorrer de sua vida. Portanto, a família precisa comprometer-se mais para que possa contribuir e continuar o trabalho propiciado pela escola.

É comum a busca de culpados pelo mau desempenho da educação nos dias atuais. Mas é preciso que não se busque os culpados e sim as soluções. E ocupando um papel tão importante a escola e a família são vistas como peças fundamentais na melhoria da educação. A família é a base da sociedade, pois ela oferece as principais condições para o desenvolvimento e integração do indivíduo no meio social. E caso ela não assuma o seu papel a educação será fragmentada, e por mais que a escola ofereça um apoio educacional ao indivíduo, sozinha ela não conseguirá realizar essa tarefa com sucesso total. Tiba, em relação a isso, afirma que:

> Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p. 111).

Fica evidente que a família e a escola ocupam papeis diferentes na educação e que eles se complementam, mas nenhuma dessas instituições poderá deixar de assumir o seu compromisso, pois isso poderá comprometer o processo educacional, resultando no que está acontecendo atualmente, um alto índice de evasão escolar, gerando problemas sociais como pobreza e exclusão social.

Os novos modelos de famílias na sociedade atual, a necessidade dos pais trabalharem na maior parte do dia e a de estruturação dos moldes familiares podem contribuir para o afastamento das crianças da sala de aula.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

4.1. Contextualização da pesquisa e seus participantes

A presente pesquisa fora desenvolvida na zona rural da cidade de Mata Roma - MA, no ano de 2013.

A coleta de dados realizou-se na Escola Lírio do Campo[1] nos anos iniciais do ensino fundamental com o intuito de analisar quais os principais fatores que contribuem para a evasão escolar e que complicações existem no processo educativo desses alunos para que seja recorrente a evasão escolar, verificando, assim, a perspectiva de educadores e pais. Buscou-se verificar, também, quem, além dos próprios professores, são participantes do processo de desenvolvimento cognitivo dos alunos, ressaltando, nesse contexto, a importância destes no sucesso educacional.

Foram entrevistados 04 (quatro) professores dos anos iniciais do ensino fundamental, o coordenador da escola campo, e 03 (três) pais de alunos já evadidos.

A escola campo atua nos 03 (três) turnos, oferecendo no turno matutino da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, no vespertino, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no turno noturno oferece Educação de Jovens e Adultos. Existem 24 professores atuando na escola, destes, apenas 12 possuem formação superior.

De acordo com a análise dos dados coletados e informações fornecidas pela coordenadora, o nível de evasão da escola está entre 5% e 6% ao ano.

4.2 Metodologia

A presente pesquisa, quanto aos fins, fora descritiva, uma vez que visa descrever, analisar e registrar os dados coletados na escola campo conhecendo, assim, o ambiente físico e a convivência dos alunos e integrantes do ambiente escolar. De acordo com Gil (2008, p. 28), “a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinadas populações ou fenômenos”.

[1] Nome fictício para preservar a identidade da escola pesquisada.

Vale ressaltar que a mesma pesquisa também se configura como pesquisa de campo, considerando que o objeto investigado é algo concreto que se manifesta no ambiente escolar de uma pesquisa *in lócuo.* (GIL, 2008).

Quanto aos meios, esta pesquisa fora bibliográfica face à necessidade de recorrer a uma vasta literatura através de livros, periódicos, revistas, hipertextos entre outros, para o marco teórico do trabalho, confrontando a realidade encontrada no campo, na Escola Lírio do Campo.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados para esta pesquisa foram questionários (SEVERINO, 2007). Foram formuladas questões abertas deixando espaço para a livre expressão do respondente. Pois de acordo com Severino (2007, p. 124-125) “o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal”.

4.3 Apresentação dos dados coletados

Visando conhecer a realidade escolar a partir da visão do corpo docente e dos pais dos alunos evadidos, foram aplicados questionários a 04 (quatro) professores dos anos iniciais ensino fundamental da escola campo e a 03 (três) pais de alunos evadidos, todos com questões abertas e fechadas possibilitando melhor análise das perguntas.

Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

- ✓ Análise dos questionários com os professores.

As professoras pesquisadas lecionam no 4º e 5º ano do ensino fundamental. Os alunos que estas mesmas professores têm em sala de aula variam entre 05 e 07 anos de idade. Para resguardar suas identidades, as professores participantes desta pesquisa formam assim nomeadas: Professor “A”, “B”, “C” e “D”.

Na primeira questão perguntou-se se nas turmas em que trabalhavam havia o registro de evasão por parte dos alunos, as professoras “A”, “B”, “C” disseram que sim e a professora “D” respondeu que não. Ao responderem a essa questão os professores complementaram suas respostas, assim levantaram algumas questões sobre os motivos das evasões (Tabela 1).

Tabela 1 - Evasão dos alunos de sala de aula segundo a visão dos professores

Professora “A”	*“Sim. A evasão é constante na minha sala, mas durante os dois últimos anos percebi que vem diminuindo devido ao acompanhamento da frequência exigido pela bolsa família”.*
Professora “B”	*“Sim. Já me deparei com alunos que só frequenta a escola por causa de algum benefício que o governo federal distribui”.*
Professora “C”	*“Sim. Muitos alunos deixam de vir à escola por muitos motivos, seja pra ajudar os pais, por falta de incentivo dos pais, vale lembrar que o Ensino Fundamental é obrigatório”.*
Professora “D”	*“Não. Todos meus alunos estão presentes na sala de aula”.*

Fonte: dados da pesquisa

A partir das respostas dos professores percebeu-se que a evasão escolar faz parte da realidade da escola, e que o benefício do Governo Federal, Bolsa Família, tem sido responsável pela redução do índice de evasão, sendo que os filhos são incentivados a irem para a escola com o único intuito de não perderem o benefício.

Também foi apresentado por uma das professoras que a falta de incentivo e o trabalho para ajudar na renda familiar são motivos frequentes para que os alunos abandonem a escola.

Na segunda questão perguntou-se como o professor pode auxiliar para diminuir o número de alunos evadidos da sala de aula. Percebeu-se que cada resposta abrangeu aspectos diferenciados dentro do âmbito escolar, ações muitas vezes desconhecidas pelos alunos.

Tabela 2 - Modos de auxilio docente para alunos evadidos

Professora “A”	*“Acredito que incentivando os alunos com aulas dinâmicas e respeitar as diferenças de cada um”.*
Professora “B”	*“Fazendo eventos que chame a atenção e desperte a curiosidade do aluno e também tendo mais a participação dos pais na escola”.*
Professora “C”	*“Conscientizando os pais e alunos da necessidade de se ter um conhecimento para enfrentar as diversas situações da vida, exigir*

	os direitos e cumprir os deveres corretamente".
Professora "D"	*"Promovendo atividades que estimulem os alunos, criando situações que mostrem a eles que a escola pode lhes oferecer conhecimentos que lhes nortearão por toda vida".*

Fonte: dados da pesquisa

A maioria dos professores entrevistados destacou que a promoção de atividades dinâmicas, atrativas e que despertem a curiosidade dos alunos, servem de estímulo para que os alunos permaneçam na escola, também ressaltam a importância da participação dos pais na vida escolar de seus filhos para o alcance de uma educação melhor.

Sabendo que a família assume um papel importante na educação de seus filhos, precisando acompanhá-los na vida escolar, na terceira questão fora questionado se a instituição familiar participava da vida escolar de seus filhos e de que forma ocorre essa participação.

Tabela 3 - Participação familiar

Professora "A"	*"Não. Muitos pais não vêm nem assinar o boletim dos filhos".*
Professora "B"	*"Não. A maioria não participa da vida escolar de seus filhos, não sabem nem se quer a série que o filho frequenta".*
Professora "C"	*"Não. Quando eles vêm às reuniões é só para saber dos benefícios, assuntos de seus interesses, como bolsa família etc".*
Professora "D"	*"Sim. Este ano, por incrível que pareça, os pais têm tido uma participação muito grande na vida escolar de seus filhos, isso podemos perceber pelo número de evasão que é zero até o presente momento".*

Fonte: dados da pesquisa

A professora "D" respondeu que os pais participam da vida escolar dos filhos e com isso houve redução do número de alunos evadidos, mas, em contrapartida, as demais professoras revelam que a família não participa da vida estudantil de seus filhos. Percebe-se certa negligência por parte desses pais com relação ao acompanhamento e participação na educação dos filhos, aqueles, por sua vez, deixam para a escola toda a responsabilidade com a educação. Há uma falta de parceria entre família e escola, e isso acarreta em deficiências no

desenvolvimento e interesse dos alunos, deixando-os sem estímulos para os estudos, nesse contexto, “[...] a família e a escola podem ser consideradas como subsistemas com um elemento em comum, a criança. [...] O aluno é o elemento de ambos os sistemas, que está submetido às contradições do funcionamento da família e da escola.” (LEMOS, 1995, p. 11-12).

Na questão seguinte indagou-se se os professores reconhecem a importância da participação familiar para o desenvolvimento da personalidade dos alunos. Segue-se a pergunta e as respectivas respostas:

Tabela 4 - Importância da participação familiar

Professora “A”	“*Interagindo mais com a escola. Porque a visão Interacionista mostra que não é desejável que a criança simplesmente saiba coisas, mas sim sobre tudo que pensa complemente sobre as mesmas coisas”.*
Professora “B”	*“Frequentando as reuniões que a escola oferece em prol para o bem dos alunos. Acompanhando a vida escola de seus filhos dentro e fora da escola”.*
Professora “C”	*“Sim. A permanência é preciso ter diálogo para que os filhos deles tenha aprendizagem do compromisso na escola”.*
Professora “D”	*Não respondeu.*

Fonte: dados da pesquisa

A partir das respostas dadas pelos professores percebe-se que estes estão cientes da relevância da interação família x escola para “o bom andamento do processo de aprender e ensinar”. (PAROLIN, 2007, p. 68). Desta forma, o sucesso educacional está intimamente ligado na relação da família e escola, pois os alunos precisam de acompanhamento familiar para a realização de tarefas resultando em um bom desempenho escolar.

- ✓ Análise do questionário com o coordenador

A organização escolar não é uma tarefa fácil, principalmente em se tratando de satisfazer as demandas da sociedade vigente. Por isso, gestores e coordenadores escolares desempenham um papel primordial frente aos demais departamentos que compõem o corpo administrativo da escola.

Mesmo após várias tentativas o gestor da escola se recusou a responder o questionário, assim será analisado os dados do coordenador da escola.

Na primeira questão destinada ao coordenador procurou-se saber qual o posicionamento da gestão frente ao problema de evasão escolar. O coordenador apresentou respostas pertinentes à sua função, citando como auxílio trabalhos desenvolvidos na comunidade escolar.

Indagado como a gestão da escola pode auxiliar para diminuir o número de alunos evadidos da escola, o mesmo respondeu que: *"Participando dos planejamentos escolares para verificar a causa da evasão e fazendo um trabalho com a comunidade escolar".*

A resposta do coordenador foi condizente com os objetivos propostos à educação. Percebe-se que este profissional reconhece a importância do planejamento e da participação da comunidade escolar para a melhoria da educação.

A segunda questão dizia respeito ao conhecimento do coordenador diante da sua função no âmbito escolar. Assim, foi perguntado, na opinião do mesmo, qual a função da gestão escolar frente ao aumento da evasão. A resposta foi: *"Fazer um diagnóstico da prática pedagógica de sua escola e refaze-lo para que não haja evasão".* Diante da resposta obtida percebe-se que o coordenador tem uma visão restrita ao se referir às práticas pedagógicas, sendo que a mudança no perfil educacional depende de fatores que devem ser reajustados de acordo com a necessidade escolar.

A família, como já foi citado anteriormente, desempenha um papel importante no desenvolvimento do indivíduo, sabendo disso, levantou-se um questionamento acerca da participação familiar visando saber se a gestão reconhecia a importância da relação família e escola.

Dessa forma, perguntou-se como a família pode intervir junto à gestão para reduzir o número de alunos evadidos. Obteve-se a seguinte resposta: *"A família começa a intervir nesse caso, quando o gestor dar oportunidade para ela participar do P.P.P, e de todos os projetos da escola para que a família possa compreender o sistema educacional e se juntar para a melhoria de todos".*

O coordenador deixou claro que a família pode intervir na realidade escolar a partir do momento em que o gestor abre espaço para ela participar do Projeto Político Pedagógico compreendendo, assim, o sistema educacional. Esta

resposta deixou a desejar, pois sabe-se que a participação familiar não restringe-se a isso. O ideal é que família e escola tenham os mesmos objetivos de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem, assim será possível criar cidadãos críticos que enfrentem a complexidade de situações surgidas na sociedade.

Na questão seguinte indagou-se se a gestão pode ter parceria com a comunidade escolar para o combate à evasão escolar, a resposta foi positiva. *"Convidando a comunidade para participar dos eventos. Deixando a comunidade mostrar seu potencial na escola".*

Percebeu-se que o coordenador tem uma visão limitada em relação aos que fazem parte da comunidade escolar, sendo que a comunidade escolar são todos aqueles que contribuem diretamente para o bom funcionamento da escola.

Tendo em vista as responsabilidades exigidas às escolas, é necessário saber até onde a gestão pode intervir no quadro educacional através de práticas em favor da redução do número de alunos evasivos, práticas estas que servirão de estímulos aos alunos, principalmente aqueles que não recebem nenhum tipo de apoio familiar.

Até onde a gestão pode intervir no quadro educacional, com práticas que estimulem os alunos a continuarem frequentando a escola? Para o coordenador: *"Até onde não fuja das diretrizes que rege o sistema educacional".*

Baseado nos conhecimentos acerca de gestão, sabe-se que o gestor tem como função alcançar metas através do planejamento, conhecer e resolver problemas, inclusive dirigir e motivar pessoas, assim sendo a gestão tem vários tipos de competências a serem trabalhadas. Segundo Lück (2008, [n. p]), "[...] o gestor escolar é o responsável pela liderança, organização, monitoramento e avaliação de tudo que acontece na escola". Desta forma, a resposta dada pelo coordenador foi considerada irrelevante dentro das definições de gestão escolar. Tendo em vista que:

> Para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo, mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido da construção de um projeto político-pedagógico transformador. (ORSOLON, 2000, p. 19).

Assim, compreende-se que educação não depende da eficiência de única pessoa ou apenas da equipe diretiva, e sim de toda a comunidade escolar, uma vez

que todos devem estar comprometidos na conquista por uma educação de qualidade a todos.

✓ Análise dos questionários com os pais

Foram formuladas 04 (quatro) questões destinadas aos pais de alunos evadidos da escola-campo. Nestas buscou-se comparar as respostas dos pais à realidade presenciada na escola campo no que se refere ao compromisso dos pais com a educação dos filhos.

Na primeira questão perguntou-se qual a preocupação destes pais diante da evasão escolar de seu filho.

Tabela 6 - Preocupação do pai sobre a evasão escolar dos filhos

Pai “A”	*“Tenho uma preocupação muito grande, sei que eu tenho a obrigação de manter meu filho na escola, mas as condições ficaram difíceis e o menino teve que sair, mas no próximo ano farei o possível para ele voltar.”*
Pai “B”	*“No início fiquei preocupado, mas agora não estou, pois ele já tem juízo e deve saber o que é melhor pra ele.”*
Pai “C”	*“Eu me preocupo, pois sei que ele "tá" deixando de aprender, mas eu faço o possível, a minha parte eu faço.”*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1998, [n. p]). Assim sendo, a família desempenha uma função primordial no sucesso do desenvolvimento do indivíduo, junto com a escola os pais têm as ferramentas necessárias para preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania.

Diante dos depoimentos registrados, percebeu-se que os pais demonstram uma preocupação diante da evasão dos filhos, demonstrando interesse pela educação destes. Estas repostas contradizem as respostas dos professores quando lhes foi perguntado acerca da participação familiar no âmbito escolar. Enquanto os professores declaram que os pais não demonstram qualquer interesse pela educação dos filhos, os pais, em contrapartida, respondem que têm uma enorme preocupação com a educação de seus filhos.

Tabela 7 - Incentivo familiar para evitar a evasão escolar dos filhos

Pai “A”	*“Pra ser sincera eu não incentivo meu filho, só digo que ele tem que ir pra escola”.*
Pai “B”	*“Eu já incentivei muito, mostrei que não é bom trabalhar no pesado, que a vida de lavrador é ruim”.*
Pai “C”	*“Eu sempre vou à escola, converso com meu filho, faço o possível pra ele estudar e ter um bom futuro”.*

Fonte: dados da pesquisa

Nestes depoimentos percebe-se que ainda existem pais que não se preocupam com educação de seus filhos, a princípio até tentam incentivá-los, mas quando ocorre algo errado, logo desistem dessa tarefa. Essa falta de estímulo faz com que os alunos limitem sua visão com relação à importância da educação em suas vidas. Assim, há uma contradição diante das respostas anteriores onde os pais diziam ter preocupação com a evasão escolar dos filhos, mas agora diante da evasão não demostram nenhum interesse.

Na questão seguinte perguntou-se acerca do posicionamento dos pais diante da evasão de seus filhos.

Tabela 8 - Posicionamento dos pais diante da evasão escolar dos filhos

Pai	DEPOIMENTO
Pai “A”	“*Não eu não concordo, pois sei que ele está perdendo oportunidade e perdendo tempo”.*
Pai “B”	*“Apesar do meu filho não se interessar eu não concordo com essa evasão, pois sei que ele vai sofre as consequências lá na frente”.*
Pai “C”	*“Não, jamais concordaria com isso, porque isso atrasa no desenvolvimento da criança”.*

Fonte: dados da pesquisa

Nenhum dos pais entrevistados concorda com a evasão escolar, reconhecem que isso é algo ruim para o futuro dos filhos, mas também não fazem nada para evitar a ocorrência deste fenômeno deixando, assim, uma lacuna da vida estudantil de seus filhos.

Na última questão indagou-se sobre os motivos dos filhos abandonarem a escola.

Tabela 9 - Conhecimento do motivo sobre a evasão escolar dos filhos

PAI	DEPOIMENTO
A	Primeiro a falta de incentivo da escola e depois da necessidade dele me ajudar em alguns serviços.
B	O principal motivo eu acho que é do meu próprio filho, ele é desinteressado não gostar de estudar não vou culpar ninguém não.
C	Acredito que o principal motivo é a falta de professores capacitados, pois muitos não dão suporte necessário às crianças

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que diferentes motivos foram apresentados pelos pais a respeito do abandono escolar de seus filhos. Sendo assim, não se pode atribuir um fator determinante, sendo que vários fatores contribuem para a ocorrência da evasão escolar.

Diante dos dados obtidos na pesquisa, acredita-se que os docentes demonstram conhecimento acerca da importância do incentivo e do estímulo aos alunos como precaução à evasão escolar. O gestor, ao recusar responder ao questionário, demonstrou inconstância diante de suas funções educacionais. O coordenador, por sua vez, apresentou respostas pertinentes ao foco da pesquisa. Quanto aos pais, estes atenderam às expectativas da pesquisa, pois apresentaram seus depoimentos tais quais como são na realidade.

De modo geral, percebeu-se que a evasão na Escola Lírio do Campo dá-se por diferentes fatores, em particular, a ausência da família na escola. Em decorrência da falta de estímulo por partes dos pais os alunos acabam abandonando a escola.

> A educação recebida, na escola, e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos, a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e consequentemente o comportamento da criança na escola. (VYGOTSKY, 1998, p. 87).

A partir disso, percebe-se que a falta de interação entre a família e a escola, acarreta no mau funcionamento educacional, uma vez que, é necessário escola e família se conhecerem para que busquem caminhos que permitam o sucesso educacional do filho/aluno.

5 CONCLUSÃO

A Constituição Federal foi responsável por promover a educação como um direito de todos. Desta forma, foi imposto à União, os estados e os municípios o dever de garantir o direito à educação e trabalho a toda população do país. O ECA estabelece rigorosamente a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade referente à prestação de ensino de qualidade e segurança das crianças e adolescentes. Sabendo disso, há ainda fatores que ocasionam a evasão escolar que estão diretamente relacionados ao mau funcionamento dessas instituições sociais.

O objetivo desse trabalho foi analisar as causas da evasão escolar nos anos inicias do ensino fundamental da escola Lírio do Campo. De acordo com as análises dos dados, foram constatados dois problemas básicos que geram a evasão escolar na escola campo. O primeiro diz respeito à administração que tem negligenciado sua função pedagógica. Segundo, a família não tem participado da vida estudantil dos filhos, o desestímulo tem causado desinteresse pelos estudos fazendo com que os filhos/alunos abandonem a escola.

Os dados obtidos demonstraram que há uma ampla ligação entre escola e família, assim, uma má relação entre essas entidades ocasiona o aumento do índice de evasão.

Deve haver ajustes pedagógicos onde a gestão proporcione oportunidades para que a família compreenda sua relevância no processo de aprendizagem formação do cidadão. É preciso buscar a inclusão da família na aprendizagem dos filhos, valorizando-os e orientando-os, no sentido de estimular as boas relações com a escola e com todos que fazem parte do âmbito escolar.

O corpo docente demonstrou um despreparo frente aos desafios existentes na escola, os professores entrevistados não são formados, tampouco cursam Ensino Superior. Vale ressaltar que é de fundamental importância que o professor saiba desenvolver em seus alunos a capacidade de aprender, isso certamente os incentivará na busca de novos conhecimentos e abrirá espaço para condições mais favoráveis à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. **O mal-estar na escola contemporânea**: erro e fracasso em questão. 4. ed. São Paulo: Summus,1997.

ARELARO, L. R. G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p.1039-1066, out. 2005.

BONAMINO, A. M. C. de., (2000). O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): Referências, Agentes e Arranjos Institucionais e Instrumentais. Tese de Doutorado: PUC-Rio.

BRANDÃO, Zaia *et al*. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil*. In:* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64.1983.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 7. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. LDBEM – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados. Edição Câmara, 2009a.

_____. **Legislação brasileira sobre educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA.** Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: Apresentação. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

_____. CNE. Todos pela educação. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/brasil/> Acesso em: 29 de abril de 2013.

CALDAS, E.L. Combatendo a Evasão Escolar. São Paulo: Instituto Polis, Dicas Nº 172, 2000. Disponível em:

<http://www.polis.org.br/publicacoes/download/arquivos/Dicas172.pdf> Acesso em: 21 jun 2013.

CAMPOS, Casimiro de Medeiros. **Educação:** utopia e emancipação. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CASASSUS Juan. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. Cadernos de Pesquisa, nº 114, nov/2001.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução: Bruno Magne. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Fabrício Alves. Fracasso e Evasão Escolar, 2005. Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm> Acesso em: 20 jun 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GHIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da educação**. Cortez: São Paulo, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Laurentino. Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado **.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LEMOS, Paulo. **Educação afetiva**. São Paulo: Lemos, 1995.

LIMA, Elicio Gomes. O que são diretrizes curriculares nacionais**.** 2010 [n. p.] Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/100078109/O-QUE-SAO-DIRETRIZES CURRICULARES-NACIONAIS> Acesso em: 24 jun 2013.

LÜCK, Heloisa. **A escola tem a cara do diretor**. Jornal do professor. 2008. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=5&idCategoria=8> Acesso em: 24 jun 2013.

MEC – Ministério da educação. Plano Nacional de Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107> Acesso em: 29 abr 2013.

MASETTO, Marcos Tarcísio. **Didática**: a aula como Centro. São Paulo: FTD, 1994.

MEKSENAS, Marcos Tarcísio. Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NERI. Marcelo. Motivos da Evasão Escolar. Todos pela Educação. 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/> Acesso em: 29 abr 2013.

NUNES, Alexandre. Disponível Em: <http://www.vitrinidocariri.com.br/index.php?...emid=49>.Acesso em: 29 nov 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 15-44.

_____. **Aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione. 1993.

ORSOLON, Luzia Angelina Marino. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalhode; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Orgs). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança.** São Paulo: Loyola, 2003.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores**: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2007.

_____. As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. Livro da 5o Jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2003.

PEREIRA, Luiz Felipe Scherwenski (2003). Violência e evasão escolar. Disponível em: <www.al.urcamp. tche.br/ViolenciaEvasaoEscolar.doc.> Acesso em: 24 jun 2013.

REIS, Risolene Pereira. In. **Mundo Jovem**, nº. 373. Fev. 2007. Disponível em: http://www.mundojovem.com.br/mj/jornais-02-2007.php

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Manoel Regis da. Causas e Consequências da evasão escolar na escola normal estadual Professor Pedro Augusto De Almeida – Bananeias / Pb, 2007. [n. p] Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/causas_e_consequancias_da_evasao_escolar_na_escola_normal_estadual_professor_pedro_augusto_de_almeida_a_bananeias__pb_1343397993.pdf> Acesso em: 26 jun 2013.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola. Uma perspectiva social**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

TIBA, Içami. **Disciplina:** Limite na Medida Certa. Novos Paradigmas**.** São Paulo, Integrare, 2006.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos:** a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VYGOTSKI L.S. **A Formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionários aos professores

1. Você tem ou teve alunos evadidos em sua sala de aula?

_____
_____

2. Como o professor pode auxiliar para diminuir o número de alunos evadidos da sala de aula?

_____
_____
_____
_____

3. A família participa da vida escolar de seus filhos? Como?

_____
_____
_____
_____

4. Em sua opinião ,como a família pode ajudar na permanência dos alunos na escola?

_____
_____
_____
_____

APÊNDICE B – Questionário ao gestor e coordenador

1. Como gestor da escola pode auxiliar para diminuir o número de alunos evadidos da escola?

_____
_____
_____
_____

2. Em sua opinião, qual a função da gestão escolar frente o aumento da evasão?

_____
_____
_____

3. Como a família pode intervir junto a gestão para reduzir o número de alunos evadidos?

_____
_____
_____

4. A gestão pode ter parceria com a comunidade para o combate à evasão escolar?

_____
_____
_____

5. Até onde a gestão pode intervir no quadro educacional, com práticas que estimulem os alunos a continuarem frequentando a escola?

_____
_____
_____
_____

APÊNDICE C – Questionário aos pais

1. Qual a sua preocupação diante da evasão escolar de seu filho?

_____
_____
_____
_____

2. Você dá incentivo seu filho para evitar a evasão escolar? Como?

_____
_____
_____
_____

3. Qual seu posicionamento diante da evasão escolar de seu (s) filho(s).

_____
_____
_____
_____

4. Quais os principais motivos da evasão escolar de seu (s) filho(s).

_____
_____
_____
_____